

MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DESAFIOS PARA A ACOLHIDA E A INTEGRAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA PASTORAL DO MIGRANTE

*Sidnei Marco Dornelas, CS**

1 Introdução

Em 2000, num número especial, a Travessia publicou o que provavelmente foi um dos últimos textos do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (SAYAD, 2000, p. 26). Ali se conta uma pequena parábola, que ilustra o que poderiam ser as irreversíveis transformações que o amplo fenômeno das migrações estava produzindo na sociedade contemporânea. Sayad a denomina de “paradoxo do monte de areia”¹. Depois de tanto tempo de sua publicação, essa parábola é sugestiva para pensar o atual cenário de fragmentação e dispersão que o efeito cumulativo do multifacetado fenômeno das migrações vem produzindo. De nosso ponto de vista, as primeiras décadas desse século só têm confirmado essa análise, em um cenário novo das migrações, em que o Brasil também se insere.

Sem dúvida, esse fenômeno se apresenta muito mais amplo e complexo hoje que nos tempos em que Sayad produziu os seus estudos. Os exemplos se multiplicam, com variantes e intensidades que desafiam qualquer tentativa de enquadramento jurídico ou humanitário. Não existe país no mundo que possa se mostrar isento quanto a seus impactos. Então, para tentar abordar de maneira sucinta o quadro atual das migrações contemporâneas, escolhemos usar três palavras, que ecoam o que a parábola de Sayad preanunciava: diáspora; precariedade; fluxos mistos. Na primeira parte dessa exposição, a reflexão se desenvolve em torno de alguns exemplos marcantes que ilustram o sentido dessas palavras. No Brasil, o que veio ocorrendo na Missão Paz, entre outros pontos de confluência de migrantes, parece corroborar essa perspectiva. A partir desse quadro inicial, esboçamos algumas interrogações sobre o que normalmente entendemos por “acolhida” e “integração” social. Por fim, na abordagem dos desafios, tentamos trazer alguma contribuição sobre o propósito da Pastoral do Migrante, o da solicitude pastoral pelos migrantes.

* *Missionário scalabriniano*

2 Migrações contemporâneas: algumas observações sobre o cenário atual

Inicialmente, podemos recuperar, a título de exemplo ilustrativo, o que tem sido a trajetória da imigração haitiana nos últimos anos. O Haiti tem uma longa história de fluxos migratórios, cujas origens remetem à primeira metade do século XX. A precariedade da vida econômica, a estrutura social desigual, somada a uma reiterada instabilidade política ao longo de sua história, tem produzido inúmeros fluxos de migrantes e refugiados. Esses fluxos têm se dirigido para um leque amplo de países do Caribe, e para Cuba, Estados Unidos, Guiana Francesa, França, sem desprezar o contínuo trânsito com a República Dominicana. São fluxos que possuem perfis diferentes, seja pelas motivações sociais e econômicas, seja pela sua composição social: alguns envolvendo membros das classes médias fugindo da instabilidade social e da perseguição política, e outros, a grande maioria, à procura de alternativas econômicas de sobrevivência. A verdade é que décadas de intensos fluxos produziram uma extensa rede de mútua ajuda entre famílias e comunidades haitianas, e que têm, sobretudo nos Estados Unidos, o seu principal ponto de apoio (AUDEBERT, 2012).

Quando em janeiro de 2010, o terremoto flagelou irreparavelmente a cidade de Porto Príncipe, o Brasil tinha já uma presença significativa no Haiti, tanto pela MINUSTAH (tropas de paz da ONU), como por outras organizações de ajuda humanitária, incluindo aquelas ligadas à Igreja Católica. Sendo cidadãos do país mais pobre da América Latina, em estado latente de violência social e política, os haitianos já contavam com uma rede familiar e comunitária nos países de migração, constituindo uma verdadeira diáspora haitiana vivendo no exterior. O terremoto de 2010 intensificou esse ímpeto migratório, abrindo uma nova frente, inusitada até então, de entrada de haitianos no Brasil. De fato, uma nova rota apareceu, levando levadas crescentes de haitianos a atravessar as fronteiras da Amazônia brasileira. Inicialmente por Tabatinga no Amazonas, e depois por Brasiléia no Acre, dezenas de milhares de haitianos entraram no país, dirigindo-se e instalando-se em vários pontos do território: Manaus, Cuiabá, São Paulo, e inúmeras outras cidades, sobretudo na região sul do País.

Foi fartamente noticiado e documentado o que aconteceu nesse período. Atualmente o quadro mudou: a crise econômica, social, moral e política por que passa o Brasil, levou a que milhares desses migrantes haitianos se pusessem de novo na estrada. Reportagens em diversos órgãos das mídias sociais, nos dois últimos anos, mostram como, ao mesmo tempo em que houve fixação de imigrantes haitianos no território brasileiro, várias levadas de migrantes haitianos escolheram se dirigir para o Chile, ou retomaram as rotas que passam por Peru, Equador, Colômbia, Panamá e outros países da América Central, até chegar à fronteira entre México e Estados Unidos, mais precisamente em Tijuana. Particularmente no caso dessa última fronteira, em que haitianos se misturam

a cubanos, centro-americanos fugindo do crime organizado instalado na região, africanos e outras nacionalidades, se percebe a formação de mais um quadro de crise humanitária. Mais uma vez, eles encontram-se em situação de extrema precariedade, defrontando-se com toda hostilidade em relação à sua condição social².

De nosso ponto de vista, entendemos que o exemplo da migração haitiana demonstra de maneira clara o que consideramos algumas das características marcantes das migrações atuais: diáspora, precariedade e fluxos mistos. Assim como acontece com a diáspora haitiana, que se alarga em várias áreas de destino, por meio de rotas cada vez mais precárias e perigosas, em que os migrantes se servem com frequência das facilidades da comunicação digital, para avaliar e decidir em curto espaço de tempo as novas oportunidades de migração – da mesma forma, outras diásporas, de outros povos e de outras nacionalidades se manifestam em diferentes partes do mundo. É o caso das enormes ondas de migração que testemunhamos desde os países da África subsaariana em direção à Europa, passando pelo deserto do Saara e pela Líbia. Assim como as rotas que passam pela América Central primam pela ação de grupos de traficantes e gangues criminosas que violentam a integridade física dos migrantes, de igual modo, os itinerários de inúmeros grupos de africanos para a Europa não são menos marcados pela ação de grupos criminosos. Num fenômeno que é ao mesmo tempo causa, consequência e condicionante desses fluxos, a travessia dos migrantes se faz sob violências de todo tipo, constituindo uma contínua tragédia humanitária, para além do que é noticiado na grande mídia³.

As diásporas modernas têm origem em amplos fenômenos de migração do século passado, que se amplificam com a globalização da economia, fomentadas pelas facilidades de deslocamento e de comunicação. Trata-se de dispersão que também é intensificada por uma somatória de causalidades que vão além das causas econômicas. O aumento dos conflitos armados no mundo, a violência do crime organizado, os diferentes níveis de perseguição política, étnica e religiosa, sem contar os efeitos do desequilíbrio ambiental, vêm originando outras formas de deslocamentos de refugiados. Casos menos conhecidos como os da etnia “Rohingya”, no sudeste da Ásia, são exemplares de um amplo leque de casos semelhantes espalhados por todos os continentes. Ao lado de toda repercussão na grande mídia do fenômeno das migrações atuais, exemplos como esse testemunham o drama vivido pelas pessoas sujeitas à mobilidade forçada⁴.

Nesse fenômeno percebe-se uma verdadeira mescla de motivações e causalidades, atuando simultânea e concomitantemente. Uma expressão usada para ajudar a entender essa complexidade é “fluxos mistos”. Não é incomum, para os grupos que atuam na acolhida e na defesa dos direitos dos migrantes e refugiados encontrarem histórias de perseguição política associadas à fuga da fome, na qual a seca prolongada se mistura à ameaça constante de grupos armados, em que refugiados são também migrantes procurando novas oportunidades econômicas. É no campo de atuação e de estudos sobre a problemática dos refugiados que essa expressão foi cunhada. Mais concretamente, falar de “fluxos mistos” significaria que temos migrantes com

diferentes motivações utilizando as mesmas rotas, usando às vezes estratégias similares, para entrar e transitar nos países de destino (MARTIN, 2014, p. 8-9).

Contudo, em outro campo dos estudos, sobre o tráfico humano, percebe-se como a busca pela diversão e aventura pode desembocar no aliciamento para a prostituição. Haveria uma ambiguidade que interage na prática do turismo e na migração para trabalho. Nesse caso, também se poderia falar de “migrações mistas”, na medida em que se constata a crescente dificuldade em distinguir claramente entre diferentes definições sobre mobilidade humana, tal como acontece entre migração forçada e movimento voluntário. Além do mais, essa dificuldade se estende ao se tentar classificar, ao longo da trajetória de cada migrante, como, quando e onde operam essas diferentes causalidades. Assim, falar de “fluxos mistos” poderia significar também uma “intersecção de categorias”, na qual os migrantes atendidos pelas organizações de acolhida poderiam se enquadrar em duas ou mais formas de classificação simultaneamente (AGUSTIN, 2007, p. 9-17).

Percebemos, então, outra abordagem para se entender esse fenômeno das “migrações mistas”, quando se constata como os migrantes na atual circulação transnacional se adequam dificilmente a categorias fixas. De fato, existem hoje alternativamente “turistas que trabalham” e “trabalhadores que viajam”, confundindo a convencional contradição entre migração de trabalho e turismo. No atual contexto da migração transnacional, mais do que adotar uma identidade fixa, as pessoas alternam “identidades provisórias”, num processo híbrido e mutante de “identificações”. No trânsito do migrante, ele pode assumir diferentes identidades na medida em que se submete a diferentes condições de sobrevivência, ou que vai alternando e alterando os objetivos circunstanciais de seu próprio deslocamento, conforme as estratégias mais convenientes à situação. Essa transitoriedade tem correlação com a fluidez do mundo atual, de um mercado do trabalho cada vez mais precário e flexível, em que por trás de um mercado formal bem estabelecido, existe um vasto mundo de informalidade social e econômica. Cada pessoa ou grupo, nessas muitas e variadas ondas de mobilidade, sob as muitas facetas de suas motivações e estratégias, se esgueira em busca de apanhar a oportunidade que lhe é dada nessa “modernidade líquida” (BAUMAN, 1999). Nessas brechas, são os mais pobres que deslizam, buscando a sobrevivência nas lacunas do sistema econômico, nas sombras da invisibilidade e da exclusão.

3 Interrogações sobre a *acolhida* e *integração* social

Díásporas, precariedade e migrações mistas apontam para uma realidade em que a mobilidade, a desterritorialização e a “hibridez”, ou a mistura de diferentes motivações e causalidades, interagem na condição social vivida pelos migrantes. Essas características desafiam nossa capacidade de compreensão e análise, e conseqüentemente, o que se entende por “acolhida” e “integração” social. De fato, são muitas as interrogações que surgem da escuta dos casos

e das experiências coletadas nas entidades comprometidas com a acolhida institucionalizada dos migrantes. Neles se constata como os migrantes ao se deslocarem, seguem conectados a uma ampla rede de contatos que se desdobra em vários cantos do mundo. Redes tanto mais amplas e dispersas quanto precárias, submetidas ao aleatório de rotas em que se impõem a ação de uma pulverizada rede de intermediários, não raro desembocando em situações de tráfico e violação de direitos fundamentais. Diante de sempre possíveis e inusitadas situações de “crise humanitária”, em maior ou menor grau, é que podemos nos interrogar sobre os desafios da “acolhida” e “integração” social na sociedade contemporânea em que vivemos.

Tendo presente as observações feitas quanto às migrações internacionais no contexto atual, poderíamos delinear o seguinte quadro: migrantes num deslocamento intenso, apoiados em redes dispersas, transitando em rotas precárias, com raízes perdidas, para rumos incertos⁵.

Nas redes formadas pelas novas diásporas, os migrantes se mantêm conectados em tempo real por meio dos novos recursos da mídia digital. Apesar da constante mobilidade, os compromissos de ajuda e dependência mútua permanecem sendo o seu grande referencial, numa fidelidade construída por laços familiares e comunitários, reforçados pela religião e outras formas de crença. São essas redes que os mobilizam, unidos por dívidas e cobranças, materiais e morais, que condicionam culturalmente seu comportamento e suas decisões. São essas redes que orientam suas rotas, cada vez mais precárias, instáveis e imprevisíveis. Nessas rotas, a perspectiva de fixação é sempre muito frágil, insegura, submetida ao aleatório de cada contexto de inserção e das novas oportunidades que lhes são oferecidas. Na diáspora, suas origens, ou suas raízes, não são mais o único referencial. Não se ligam tão somente ao local de onde saíram, e nem suas tradições e práticas culturais remetem a um passado bem definido. Os novos migrantes já não sabem bem para onde voltar, pois já não se enquadram num esquema simplório de origem-destino, na circularidade da sociedade transnacional. Por isso, o seu destino, igualmente, se vive na incerteza, submetido ao arbitrário das novas oportunidades ou necessidades, que podem aparecer ou mudar no seu horizonte mais imediato.

Os atuais migrantes são herdeiros de uma história acumulada de vários ciclos migratórios. Essa memória acumulada cria o ensejo para que suas muitas motivações se misturem e se alternem, conforme a necessidade de justificação de seu deslocamento e/ou presença num determinado contexto. Em situações cada vez mais inusitadas, as motivações, as estratégias e os itinerários se misturam num improviso constante. Pode-se dizer que eles exercitam algo como uma “*bricolage*”, servindo-se de diferentes aprendizagens adquiridas, frente ao aleatório de cada situação em que se encontram. Ou então que, diante desse quadro de improviso, a prática da migração possa se constituir cada vez mais a partir de um verdadeiro “*habitus* do deslocamento”⁶. Ora, quando falamos de “*integração*”, temos justamente como principal referencial das sociedades atuais, a estabilidade do Estado Nacional. Ou seja, o seu significado se apoia num

consenso estabelecido, num pensamento comum, que enquadra o cotidiano de cada cidadão nacional dentro dos referenciais da nação e nacionalidade: língua, pertencimento a um território, a determinados costumes, a uma constituição, uma bandeira, uma história, etc. Portanto, movendo-se dentro dos referenciais da diáspora, da precariedade em que se dão os deslocamentos na sociedade transnacional, servindo-se de motivações híbridas, ambíguas, tanto a acolhida como a integração dos migrantes pedem para ser repensadas. Se existe tal contraposição ao pensamento comum do Estado Nacional, que novos parâmetros poderiam guiar a acolhida e integração do migrante, em sintonia com sua condição social de vida?

Sayad (1991), há mais de trinta anos, refletindo sobre a migração argelina no contexto da sociedade francesa, já colocava sérias interrogações quanto à “acolhida” dos migrantes na sociedade nacional, e ainda mais sobre a possibilidade de haver verdadeira “integração”. Entrando na era pós-colonial da ordem dos Estados-Nação, a migração enquanto “presença de não-nacionais no seio da ordem nacional”, descortina o arbitrário e contingente da noção compartilhada de “nação” e “nacionalidade”, e, logo, questiona o que normalmente se entende por “integração”. Se “integração” significa, quase no limite, a dissolução da condição de emigrante-imigrante numa nova nacionalidade, ela se mostra uma meta impraticável, porque significa obliterar a causa primeira mesma da migração: a relação de dominação, herança da colonização. Assim, desde sempre, e ainda hoje, diante dos cidadãos nacionais, apenas o exercício do trabalho oferece legitimidade suficiente para a presença de não-nacionais em território nacional⁷. Sayad, reconhecia, assim, como tal integração nunca seria completa num contexto de relações de dominação cada vez mais complexas, em que se misturam diferentes fatores de deslocamento e referenciais de pertencimento étnico e nacional.

Assim, na verdade, é a própria ideia de “integração” que é colocada em causa. Num texto posterior, ainda no contexto pós-colonial francês, Sayad (1999, p.305-317) recupera a camada de sentidos por trás do uso dessa palavra. Termos como “adaptação”, “assimilação” ou “inserção”, oriundos do período da colonização, tocavam na questão dos contatos culturais entre colonizado e colonizador. No caso, o termo “assimilação” é o que de maneira mais declarada apontava para o objetivo de “dissolver noutra identidade” os povos colonizados pelas metrópoles europeias. Esse etnocentrismo explícito tinha como correlativo uma concepção de identidade passiva, inferior, aplicada aos outros povos não ocidentais. Assim, a palavra “integração”, ao tratar desse mesmo processo na fase pós-colonial, de migrantes vindos das ex-colônias inseridos no interior dos países europeus, apesar de supor uma interação mais igualitária, na sua aceção mais extrema também aponta para uma passagem de uma “alteridade radical” para uma “identidade total”. Dessa forma, não há como tratar de “integração” sem deixar de se reportar ao processo social de construção da identidade, que envolve um uso polissêmico da noção de cultura. Falar de “integração”

significa então se referir a processos sociais necessariamente conflitantes, que se desenrolam no contínuo dos contatos da vida diária. Trata-se de um processo que não tem fim, cujo resultado só é perceptível ao fio do tempo, e que não é resultado de alguma atitude voluntarista e muito menos de medidas políticas intencionais, como um planejamento.

Poderíamos dizer que é um processo de “sedimentação” social, de uma “sedentarização” que não é imediatamente perceptível, para a qual só o tempo poderá mostrar a sua real configuração e a sua verdadeira medida. A “integração” implica numa fixação, que normalmente corresponde ao que o imaginário popular associa à “integridade nacional”, ou quando falamos de uma pessoa “integrada” à sociedade, ou mesmo quando nos referimos à sua “integridade”, para dizer que tal pessoa incorpora os valores mais caros dessa sociedade. Não existe política pública, nem planejamento de Estado, que garantam tal “integração” como consequência de uma decisão política. Tudo pressupõe uma estabilidade que em nada lembra a condição dos migrantes que hoje vivem na invisibilidade e precariedade, sujeitos ao aleatório da fluidez dos deslocamentos humanos atuais. Ao contrário, a imposição de uma “integração” nesses moldes pode funcionar como uma acusação frente à incapacidade ou à falta de compromisso desses migrantes ao se inserirem na sociedade que os acolhe.

Nesse ponto, podemos perguntar se as concepções de “acolhida” e “integração” dos organismos públicos ou das entidades não-governamentais seria a mais apropriada frente à condição vivida pelos migrantes na sociedade atual. Esse foi o principal questionamento feito por Laura Agustin (2007) ao tratar da atuação de diversas organizações do chamado Terceiro Setor quanto ao enfrentamento do tráfico de seres humanos. Para além do foco específico do seu trabalho, tais questionamentos podem também ser feitos quanto às noções de “acolhida” e “integração” que subjazem o trabalho social com migrantes, realizados por inúmeras entidades da sociedade civil, bem como por organismos públicos. Suas práticas podem reproduzir também estereótipos e atitudes de marginalização dos migrantes, conforme as concepções de “acolhida” e “integração” que incorporam. Assim também, seus projetos e iniciativas podem reproduzir mecanismos de controle e gerenciamento, que têm como pano de fundo certo consenso quanto à governabilidade do Estado Nacional. Igualmente, a perspectiva própria do Estado Nacional pode levar a um discurso de vitimização do migrante, tratando-o como sujeito passivo, incapaz de buscar soluções para suas próprias demandas. Se Agustin (idem) toca de maneira específica a questão do tráfico humano, sua constatação pode ajudar também a entender a postura implícita de outras práticas de entidades que se propõem a acolher e integrar os migrantes.

É no interior das mudanças profundas desencadeadas pelo atual capitalismo transnacional, configurado como um “espaço de fluxos” (CASTELLS, 1999), que podemos entender a condição vivida pelos migrantes atualmente. No contexto

dos deslocamentos transnacionais, de amplas diásporas conectadas pelas novas mídias, em rotas mais precárias e rumos incertos, podemos afirmar que existe uma “desterritorialização” da construção da identidade. Afirma Agustín que, para as novas gerações de migrantes, o deslocamento deixou de ser um evento traumático de desenraizamento da terra natal, carregado de perdas e da sensação de culpa. A circularidade pode se tornar uma condição permanente, e os migrantes aprendem a viver como algo comum essa “provisoriamente permanente”, em que o “projeto migratório é elaborado em meio a um amplo e complexo espectro de circunstâncias”. A flexibilidade tornou-se um dado normal da realidade, e os migrantes cada vez mais se sentem vivendo numa simultaneidade, se sentindo em casa em múltiplos lugares, por meio de suas “redes”. No caso, flexibilidade, fluidez, e mesmo cosmopolitismo, vão de par com condições cada vez mais precárias e opressivas de trabalho (AGUSTÍN, op cit., p. 42-45).

Frente a essa nova realidade da condição de vida dos migrantes, o Terceiro Setor é interpelado sobre as suas concepções de ajuda humanitária, de inserção social, de “acolhida” e de “integração”. No final de seu livro, Agustín apresenta uma série de exemplos de práticas de acolhida e assistência às populações migrantes, majoritariamente mulheres, que vivem nas sombras da indústria de entretenimento, no variado mercado do sexo na Espanha (AGUSTÍN, *ibid.*, p. 154). Frente a diversidade de casos apresentados, seja da condição vivida pelos migrantes, seja das modalidades de abordagem das entidades, ressoa o questionamento: como defender seus direitos fundamentais, considerando a hibrididade de suas motivações, de seus objetivos, ou a instabilidade de seus projetos migratórios? Em que medida é possível pensar a “integração”, tendo presente a condição social do migrante na sociedade transnacional? Que “integração” na sociedade nacional, considerando que estão antes integrados à diáspora na qual eles se movem? De fato, ao que parece, o primeiro e privilegiado meio de inserção e integração dos migrantes é a diáspora a que eles se filiam, mesmo que ela se constitua numa comunidade dispersa em vários locais. Assim, que serviço de acolhida, e para que finalidade, somos chamados a prestar?

No contexto do Brasil, também a palavra “integração” não é indiferente, mesmo considerando as condições próprias de formação de nossa sociedade nacional. Nos pontos de concentração da população de migrante, se existe rechaço por alguns, existe também uma ampla rede de mobilização para acolhida dos migrantes. O relativamente tímido impacto dessa migração transnacional entre nós ainda é visto como algo inusitado. É algo estranho pensar numa “integração” à nacionalidade, quando pensamos que grande parte dos “nacionais” também vive à margem das garantias da legislação trabalhista e de outros direitos fundamentais. No entanto, muitas entidades se prestam para o serviço de acolhida e acompanhamento desses migrantes que por aqui aportam. Assim, também nós temos as nossas interrogações quanto aos desafios para a integração e acolhida dos migrantes. Desafios para quem? Ou, que desafios?

Para os migrantes? Ou para as entidades? Que “acolhida” e que “integração”? No nosso caso, considerando o percurso que fizemos, a pergunta tem um foco específico: que desafios se apresentam para a Pastoral do Migrante, e em que medida ela pode contribuir para a “acolhida”, e quem sabe, para a “integração” do migrante?

4 Desafios para a Pastoral do Migrante

Diante de uma realidade tão complexa, nosso foco não poderia ser outro senão o das entidades de filiação católica, que atuam na acolhida dos migrantes. Os desafios a serem considerados, também quanto ao serviço prestado pelas pastorais em relação à sociedade nacional em que se inserem, são aqueles que emergem da relação de seus agentes e de suas estruturas de “acolhida” para com os migrantes que batem à sua porta. Ou seja, o pressuposto de toda acolhida é o contato humano, motivado por uma perspectiva de fé⁸, que leva a ter a atitude básica de escuta, a qual permite ao migrante ou refugiado a possibilidade de falar, e progressivamente expor a sua condição de vida. Escutar, e propiciar uma relação de confiança, são, portanto, o primeiro desafio a transpor, a fim de que a acolhida se realize, e um verdadeiro processo de “integração”, do ponto de vista do migrante, possa acontecer.

Os desafios, que emergem dessa interação entre agentes de pastoral e migrantes poderão então ser colocados sobre a mesa: suas motivações, a situação de liminaridade e invisibilidade social vivida pelos migrantes, os possíveis enquadramentos jurídicos em vista de sua integração na sociedade local, a instabilidade de sua condição de deslocamento, suas relações com a rede em que se apoia, sua frágil experiência de fixação e inserção social, a dificuldade de sair da situação de “assistido socialmente” para um real protagonismo social e político. Esses desafios são percebidos a partir desse aprendizado de escuta, em que

o significativo é que cada vez mais se percebe que só se pode ter uma real percepção dessa alteridade, a partir da situação de deslocamento em que os migrantes mesmo se encontram. Por isso, a atitude de escutar os migrantes, a abertura de espaços e momentos propícios para que se expressem nos seus próprios termos, parece tão importante. Mais do que isso, poder perceber a lógica que os move só é possível a partir da brecha, da disjunção entre os diferentes mundos entre os quais se situam. (...) Poder estar nesse lugar deslocado e liminar parece ser a condição necessária para que um diálogo consistente possa acontecer (DORNELAS, 2009, p. 28-29).

É a partir desse “entre dois” da condição social do migrante, em que se desdobram suas relações, que procuramos delinear os desafios da Pastoral do Migrante, quanto às suas mediações e práticas de “acolhida”, em vista de uma possível “integração”, a partir das aspirações dos próprios migrantes. Nesse sentido, faremos nossa abordagem a partir de duas perspectivas: “*ad extra*”, do serviço da pastoral à sociedade (mediação social); “*ad intra*”, na busca da constituição de uma comunidade de fé a partir e entre os migrantes (mediação eclesial).

a) Serviço à sociedade (mediação social)

Em 2017, o Dicastério da Igreja Católica para o Desenvolvimento Humano Integral, organismo da Santa Sé, por meio da Seção “Migrantes e Refugiados”, publicou um guia (*Responder a los refugiados y migrantes: veinte puntos de acción*) visando fazer recomendações à sociedade a propósito das necessidades dos refugiados e migrantes, em vinte pontos de ação⁹. Esse documento expõe as linhas gerais de atuação das entidades da Igreja no que tange a solicitude pastoral dos migrantes e refugiados e sua incidência política, em quatro grandes blocos: acolher, proteger, promover e integrar. Nesse esquema, percebemos como num *continuum*, que a primeira linha de ação diz respeito à acolhida, e prossegue num processo de aprofundamento de implementação de direitos, visando chegar a práticas que levem à “integração” dos migrantes e refugiados na sociedade local. Diríamos que os desafios estão implícitos e pressupostos nessa declaração de intenções, a qual é ao mesmo tempo um conjunto de sugestões concretas direcionadas à sociedade nacional e internacional.

Nesse sentido, considerando a finalidade do referido *guia* em preencher uma função de incidência política, podemos destacar alguns dos principais desafios na linha da acolhida e da integração. A “acolhida”, primeira linha de ações que expressam a solicitude para com a realidade dos migrantes, destaca três pontos que revelam uma preocupação quanto à situação mais delicada dos “refugiados”. Por isso, depois de lembrar no início da introdução que “a decisão de migrar é livre e voluntária”, o primeiro princípio apontado é o do “*non-refoulement*”, ou o dever dos Estados não devolverem os migrantes e refugiados aos locais em que correriam sérias ameaças à sua vida. Em seguida, recomenda as vias jurídicas para garantir uma migração segura, por meio de várias modalidades de visto. Aqui ainda, o enfoque está posto preferencialmente nos refugiados, ao destacar os “vistos humanitários” e a necessidade de se organizar os “corredores humanitários” onde se fazem necessários. O último ponto destacado lembra a necessidade de ter um equilíbrio entre a garantia de respeito à segurança da pessoa do migrante, e a busca de garantir a “segurança nacional”, ou a garantia da “soberania nacional”. Portanto, já quando se trata da “acolhida” do migrante, a grande preocupação que subjaz é o difícil diálogo

com tudo aquilo que representa o “pensamento nacional”, seja quanto ao seu corpo de leis, às decisões políticas dos governos, a seus aparatos de segurança, e mesmo à possível hostilidade dos cidadãos nacionais.

As outras recomendações, correspondentes às linhas do “proteger” e “promover”, preparam o caminho para a “integração” do migrante na sociedade local, e por consequência, na sociedade nacional. Nesse ponto, existe uma preocupação constante no enfoque da pessoa do migrante e da garantia dos seus direitos fundamentais. No caso, sobretudo as recomendações quanto à “promoção” do migrante, elas buscam permitir o seu “empoderamento” na sua inserção na sociedade de acolhida, por meio do acesso à informação, aprendizagem, serviços básicos, reunificação familiar, liberdade religiosa, entre outros. Apresentando a necessidade de acesso a todos esses direitos, no entanto o *guia* esquece talvez aquele que é o principal meio para permitir a afirmação desse protagonismo dos migrantes e refugiados: o direito à “associação”. Com efeito, quando surgem as associações dos migrantes, não importa qual a sua modalidade, percebemos não só a busca de se radicar no território em que se encontram, mas também a de estabelecer outras redes e outros laços de pertencimento mútuo entre os próprios migrantes, mais aptos para interagir com a sociedade local e nacional. Em se tratando de “integração” a partir dos próprios migrantes, o desafio para a pastoral e outras entidades é respeitar e acompanhar esse propósito dos próprios migrantes: o de garantir o direito de reivindicar seus próprios direitos.

Podemos perceber como essa lacuna diz muito sobre os pressupostos do documento quanto ao que ele entende por “integração”. De fato, manifestamente ele se dirige muito mais às instâncias da sociedade civil local e nacional, e a seus poderes públicos, do que propriamente aos migrantes e refugiados. Não está explícita a busca em reconhecer neles os sujeitos de seu próprio projeto de migração e inserção social. Assim, o principal argumento utilizado para pleitear a importância da “integração” é o enriquecimento que os migrantes podem trazer às comunidades locais, e, por conseguinte, à sociedade nacional. Diante dos organismos nacionais e internacionais, o *guia* defende o princípio do “*jus soli*” para facilitar a “integração” dos migrantes, a criação de espaços e ocasiões para os intercâmbios culturais, para a promoção de uma cultura da solidariedade, e por fim, a criação de mecanismos seguros para o retorno e reintegração dos migrantes para sua terra de origem. Ou seja, ao fim do documento, se apresenta uma possível alternativa à violação do princípio de *non-refoulement* (não devolução), como retorno acompanhado dos migrantes ao seu país de origem. Como se vê, o interlocutor do diálogo é o Estado, a sociedade nacional e seus cidadãos. Trata-se, portanto, de um instrumento útil para um diálogo visando medidas políticas em favor dos migrantes, baseadas numa determinada concepção de “integração”, que supõe como principal artífice a sociedade nacional. Mas, a partir da condição social do migrante, o que significaria propriamente “integração”? Existe a possibilidade do seu protagonismo nesse processo?

Com certeza, em defesa desse documento e reconhecendo o valor dessa iniciativa, poderíamos dizer que essas perguntas fugiriam ao seu escopo. Porém, se afirmamos que o pressuposto da verdadeira acolhida é a atitude de escuta, para ensejar uma integração em que o migrante seja de fato o seu protagonista, o enfoque deveria ser outro. Frente aos percalços da inclusão na sociedade local e da ameaça reiterada de diversas formas de xenofobia, a perspectiva da “acolhida” não deve perder de vista o seu campo de atuação: a da interação dialética entre, de um lado os migrantes, na sua específica condição social, e, de outro, as instituições locais e nacionais, com suas contingências sociais. A “integração” enquanto processo social depende muito dos exercícios de escuta e discernimento entre os diferentes atores, a fim de garantir a abertura de canais de diálogo, de práticas de interlocução. A Pastoral do Migrante é chamada a atuar na mediação social, entre os migrantes com seus grupos e redes, formais e informais, de um lado, e a comunidade local e nacional, também com suas redes e instituições, formais e informais, de outro.

Trata-se, portanto, do exercício da mediação social entre os migrantes e as sociedades em que estão presentes e se inserem. Se o *guia* tem por finalidade incidir politicamente nas instâncias de decisão da sociedade nacional e internacional, não podemos esquecer que a mediação social a que a Pastoral do Migrante aspira só terá sentido a partir da escuta e interlocução com os migrantes. A Pastoral do Migrante, como outras organizações sociais, inicia o exercício da mediação social como acolhida, por meio da ajuda aos migrantes satisfazerem suas condições básicas de sobrevivência. Trata-se da assistência humana básica: alimentação, abrigo, vestimenta, documentação, ensino da língua, intermediação junto aos organismos públicos. Para além do mero assistencialismo, a mediação social também se traduz na disponibilidade de instrumentos e canais institucionais para que possam se inserir seja no mercado de trabalho, seja no uso de equipamentos públicos, como a escola, as instituições de saúde, de serviços jurídicos, entre outros.

No entanto, o objetivo sempre é promover o protagonismo do migrante, e por isso encontra sua melhor expressão no acompanhamento de seu esforço de organização coletiva por meio de suas associações. Nelas efetivamente exerce a sua cidadania, aprofunda o reconhecimento de seus direitos, forma suas lideranças, elabora sua dinâmica de ação coletiva, interage com as instituições sociais, enfim, se “empodera” na participação em suas entidades de representação social, cultural, política e religiosa. Por isso, a mediação social se coloca sempre ao lado das organizações autônomas dos próprios migrantes, para com elas terem uma incidência nas políticas públicas que garantam o reconhecimento e efetivação de seus direitos. Assim, o desafio maior da Pastoral do Migrante é se colocar nesse “entre dois”, na escuta e empatia da condição social do migrante, em suas diversas expressões, de um lado, e as estruturas

organizativas da sociedade nacional, que cristalizam o pensamento nacional, que faz o consciente e o inconsciente coletivo dos cidadãos e do Estado-Nação, de outro. A partir da condição social do migrante, vivendo deslocado, numa provisoriedade permanente, mas também numa atitude de acompanhamento e suporte de suas organizações coletivas, é que a incidência social e política da Igreja podem encontrar sua própria legitimidade, no confronto com outras propostas de “acolhida” e “integração”. Contudo, não se pode deixar na sombra que tal postura encontra seu fundamento, sobretudo, em sua compreensão compartilhada do Evangelho e na tradição do Ensino Social da Igreja.

Enfim, tudo se joga no campo das mediações sociais. Hoje tanto mais necessárias diante do quadro em que se redesenha um novo perfil da condição social do migrante, na sociedade transnacional: conectado a redes numa diáspora que se expande e se dispersa em diferentes locais, movido por uma mescla de diferentes causalidades e motivações, sobrevivendo sob persistente precariedade, numa provisoriedade permanente. Que enquadramento jurídico é possível para a “acolhida”, considerando os casos mais inusitados que se apresentam aos agentes de pastoral? Como proporcionar estabilidade, para pessoas que constroem sua vida em uma instabilidade constante, com “identidades móveis, provisórias, híbridas, intercambiáveis”? Assim, submetido ao aleatório das diversas situações em que se encontra, com pouca memória de uma “fixação” e estabilidade num local, como a Pastoral pode sair do permanente “pronto-socorro”, da ajuda humanitária mais imediata? Como criar as condições para se radicar, se sedentarizar, “sedimentar”, para aos poucos criar laços, raízes, outras redes possíveis, mais estáveis, no território? Enfim, que integração é possível, a partir do próprio migrante?

A imagem da parábola da “rocha e da areia” volta à nossa mente, quando percebemos quantas “dunas” sociais se formam na passagem dos migrantes de hoje em dia. É diante desses migrantes, filhos e filhas dessa história de intensa mobilidade humana, que a Igreja é chamada a se posicionar. As pastorais e instituições da Igreja, em nome de suas convicções de fé, mesmo considerando a legitimidade da sociedade nacional e internacional, de seus organismos de controle e defesa de direitos, não pode abdicar de acolher o migrante e buscar uma “integração” em que se tornem seus protagonistas, sujeitos autônomos de seu processo. Se isso vale para seu serviço de mediação social, frente à sociedade em que se inserem os migrantes, é ainda mais válido para o seu esforço de acolher e integrá-los em sua comunidade de fé. Também em nível interno à Igreja Católica, a questão da “acolhida” e “integração” se coloca no horizonte de sua missão. Nesse sentido, todo o questionamento em torno dos processos de “acolhida” e “integração” dos migrantes pode estabelecer um diálogo instigante com a problemática da “inculturação” dos migrantes e seus grupos no interior da Igreja. Também nesse nível os desafios são imensos.

b) Constituição da comunidade de fé (mediação eclesial)

Desde os tempos anteriores ao Concílio Vaticano II, a Igreja veio produzindo uma série de instrumentos canônicos e pastorais com o objetivo de tratar da especificidade da condição do migrante no seu interior. Todos eles se embasam numa concepção de pastoral, que encontra na definição de “paróquia” sua melhor expressão, enquanto principal instituição e instrumento da ação pastoral da Igreja: “Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja Particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo Diocesano.” (VATICANO, 1983, p. 40 [CDC 515, §1). O principal horizonte dessa definição é a instituição de uma comunidade estável no território, que vale também para outras figuras canônicas que normatizam a solicitude pastoral para com os migrantes: a paróquia pessoal, a “*comunidade com cura animarum*” e a capelania¹⁰. Essas figuras foram criadas para dar conta da necessidade pastoral do atendimento de amplos grupos de migrantes presentes nos países de tradição católica, como herança dos movimentos de migração ao longo do século, e intensificados pela descolonização após os anos 1950. Embasa essa orientação uma noção pastoral de migrante, “em que estão compreendidos todos aqueles que, por qualquer motivo, vivem fora da pátria ou da própria comunidade étnica e necessitam verdadeiramente de uma assistência particular” (CNBB, 1983, p. 15).

Ao longo do século XX, o acompanhamento pastoral dos migrantes seguiu essas modalidades canônicas, que pressupõem também a constituição de uma comunidade de fé estável, inserida e reconhecida como tal no âmbito da Igreja Local. Acreditava-se que com o tempo haveria uma progressiva assimilação dessas comunidades, passando aos poucos da especificidade de suas línguas e práticas, para aquelas próprias do país em que se encontravam. Seria, como se referia Sayad (1999), quase a dissolução das características culturais de uma identidade religiosa para ser absorvida por outra. Ora, essa expectativa de “integração”, em muito similar à que se espera no âmbito do pensamento nacional, não se comprovou na prática. De um lado, essas modalidades de comunidades católicas de migrantes possuem uma forte tendência a se restringir a pequenos grupos ou enclaves culturais, em determinadas paróquias. Apesar de concessões quanto à participação em alguns momentos da programação da Igreja em que se situam, existe um forte apego às características do país que se deixou. Correlativo a essa dificuldade, temos aquela da transmissão da fé às novas gerações. De fato, apesar do imenso esforço dos imigrantes de primeira geração transmitir sua fé e tradições aos da segunda geração, o que se comprova é que a fé é percebida como uma forma anacrônica de se viver a própria cultura. De fato, os jovens muitas vezes possuem grande dificuldade em reelaborar suas práticas de fé, no bojo de sua própria condição de migrante, entre a sociedade de origem de seus

pais e aquela em que cresceram e se socializaram. O deslocamento, o “entre dois”, é algo vivido de maneira intensa também ao longo das gerações, e toca suas experiências de fé.

Percebemos então como as questões da “acolhida” e da “integração” atingem também profundamente o processo de constituição da comunidade de fé, e também aqui um esforço de mediação se faz necessário: entre as práticas e dilemas vividos pelos migrantes e seus grupos, em suas diferentes gerações, de um lado, e a Igreja com suas normas, instituições, práticas e tradições, tais como vividas na Igreja Local (paróquia, diocese, nação/conferência episcopal), por outro. Pode-se dizer que o esforço de mediação se faz num arco amplo, no local e em instâncias maiores, entre os diferentes grupos atuando no espaço eclesial, e mesmo entre os diferentes grupos migrantes. A Pastoral do Migrante, assim, se posiciona no “entre dois”, e um exercício de “escuta” mútua deve ser feita, de discernimento, entre os diversos atores, sempre se posicionando na perspectiva dos próprios migrantes. Porém, em tudo vemos como as estruturas de Igreja possuem uma forte vinculação com o território, seja em nível nacional ou local. As pastorais da mobilidade humana (migrantes, refugiados, nômades, apostolado do mar, caminhoneiros, turismo, estudantes internacionais) testemunham esse permanente descompasso entre a condição das pessoas vivendo em mobilidade e as estruturas eclesiais¹¹. Como acontece em sua atuação junto aos organismos de Estado e da sociedade civil, também aqui se busca garantir o protagonismo e autonomia dos grupos migrantes, em seu processo de “integração” no interior da Igreja.

Nesse ponto, abordamos uma questão própria à teologia pastoral e à missiologia: a das relações entre a Pastoral, com suas estruturas organizativas, e a Missão, que diz respeito à índole genuína da tarefa evangelizadora, que constitui a própria essência da Igreja¹². Se de um lado a Pastoral do Migrante é estruturada e normatizada na Igreja a partir de figuras canônicas alinhadas com a “estabilidade” do cuidado pastoral no território, por outro, percebemos que a tarefa missionária da Igreja se defronta com a multifacetada realidade das migrações no mundo contemporâneo. É quando se coloca a questão da “inculturação da fé”, como novo modo de dar sentido à atividade missionária da Igreja. Normalmente, a “inculturação” diz respeito ao surgimento de uma forma original de vivência da fé a partir do interior da comunidade, constituída num contexto social e cultural determinado¹³. Em torno da “inculturação”, desde os anos 1970, a reflexão missionária da Igreja Católica vem tratando da problemática da evangelização diante de interfaces das práticas culturais e religiosas, no âmbito da comunidade cristã. Acreditamos que a “inculturação” pode também dizer muito sobre a tarefa da “integração” em âmbito eclesial, entre as estruturas da Igreja Local e os grupos migrantes.

Assim, mais do que nunca, torna-se necessário ver em que medida a questão da “integração” dialoga com os temas referentes à “inculturação da fé”. Retomando a reflexão de Sayad a propósito da “integração”, como atividade

que implica toda a existência do migrante, a totalidade de sua condição de vida, de forma anônima e paulatina, subterrânea, quase invisível, feita de pequenos detalhes no cotidiano, como uma segunda socialização, pode-se dizer que o mesmo acontece no processo de “inculturação da fé” (SAYAD, 1999, p. 315). Tal processo não acontece por decreto, nem pode ser objeto de algum planejamento, mas se realiza no contato diário, nas interações que envolvem práticas culturais e religiosas, entre diferentes maneiras de ver o mundo, diferentes formas de crença. Na verdade, na reflexão missiológica sobre a “inculturação”, fala-se tanto de “inculturação da fé” dos povos evangelizados, como da “inculturação da fé” dos próprios missionários. Existe uma bipolaridade nesse processo, e desde o início do emprego dessa terminologia tinha-se em mente uma “mútua fecundação” entre a cultura do missionário e as culturas evangelizadas, para suscitar algo novo, uma forma original de viver a fé própria da comunidade nesse contexto (PEELMAN, 2007, p. 12-13).

Assim, se existe certa similaridade entre “integração” e “inculturação”, pode-se dizer que no interior das comunidades cristãs o grande desafio seria a de uma mútua “integração”, para propiciar uma nova e genuína vivência da fé. A tarefa da Igreja, por meio de seus agentes de pastoral (ou de seus missionários), seria o de oportunizar esse processo. Na perspectiva da fé, isso significaria uma confiança na ação do Espírito Santo, da graça de Deus, que permitiria criar processos novos de interação entre pessoas, grupos e suas tradições culturais e religiosas. Para usar as palavras do Papa Francisco, mais do que conquistar espaços, os missionários devem estar animados por essa perspectiva de “iniciar processos” (VATICANO, 2013 [EG § 223]). Esse imenso desafio vivido nos vários campos da atuação missionária da Igreja, entre os diversos povos em que ela se insere, na criação de autênticas e genuínas experiências de fé, consiste justamente, ao mesmo tempo, em mantê-los unidos à catolicidade da Igreja. Esse desafio da missão “Ad Gentes” ganha uma expressão nova, e tanto mais complexa, na missão das pastorais da mobilidade humana, e logo da Pastoral do Migrante, frente à nova realidade das migrações no mundo contemporâneo.

Os novos migrantes representam, na verdade, o grande campo missionário da Igreja na época da globalização. Resumimos os desafios que as migrações contemporâneas colocam para a pastoral da Igreja em três expressões: a diáspora, a precariedade e os fluxos mistos. Nesse campo missionário, a “acolhida” e a “integração”, enquanto processos de “inculturação da fé”, implicam também novas perguntas: que comunidade de fé é possível criar? Como é possível uma “inculturação” como “mútua integração”? Seria possível uma “inculturação” no móvel, provisório e imprevisível? Quais as mediações para uma verdadeira comunhão na Igreja: em que os migrantes se vejam como membros da Igreja, e a Igreja se reconheça nessa comunidade de migrantes? Quais os caminhos? Em meio aos desafios da mobilidade humana atual, a atitude do missionário permanece a mesma: a da escuta, da proximidade, que enseja criar oportunidades

para os migrantes “saírem” de sua “provisoriamente permanente”. Em outras palavras, ao se posicionar nessa “brecha”, na disjuntura que marca sua condição de deslocado, numa atitude de escuta e de disponibilidade em acompanhar, oportunidades para criar novos laços podem surgir. Nesse sentido, a palavra que melhor expressa a atitude do agente de pastoral/missionário nesse contexto, ainda segundo Papa Francisco, é o do “acompanhamento”, como atividade constante que a Igreja deve empreender frente aos desafios complexos vividos na contemporaneidade (VATICANO, 2013 [EG § 23-24])¹⁴.

Assim, tendo presente o percurso de nossas reflexões, pode-se esboçar uma tentativa de resposta aos desafios colocados para uma pastoral missionária no meio dos migrantes. Como “Igreja Peregrina” que caminha na história, e que “[...] não temos aqui a nossa pátria definitiva, mas buscamos a pátria futura” (BÍBLIA, 1991, p. 1487), ela deve estar à escuta, próxima, acompanhando os passos dos migrantes submetidos às contingências da mobilidade humana atual. Reconhecendo a importância de suas “redes”, que os mantêm unidos entre si numa extensa diáspora, pode ajudá-los a descobrir outras “redes”, outras formas de solidariedade, e criar outros laços comunitários. Desse modo, novos laços de confiança podem ser tecidos, que possibilitem conhecer melhor a amálgama de suas motivações, das diversas filiações sociais que moldam sua identidade. A relação de “escuta”, “proximidade” e “acompanhamento” pode criar a relação de confiança necessária para curar as “feridas” infligidas em sua história de vida, ao longo de seus trajetos migratórios. Toca-se aqui na subjetividade do migrante, de seus laços afetivos, de seus compromissos morais, das convicções de fé e das atitudes que orientam toda a vida. Essa subjetividade foi sendo constituída ao longo do seu projeto migratório, pelos seus laços familiares e comunitários de origem, que se mesclam com aqueles entretidos em sua trajetória. Enfim, as estruturas de pastoral da Igreja, sensíveis a esse campo missionário, enquanto pastoral missionária é chamada também a dialogar com esse conhecimento prático, a “bricolage”, o “habitus” do deslocamento desenvolvido pelos migrantes para enfrentar a precariedade permanente em que se encontram enredados.

Enfim, nesse âmbito de ação encontramos os elementos fundamentais da missão da Igreja na complexidade do mundo atual: a “inculturação” e a “reconciliação”, de um lado, e a “profecia”, de outro¹⁵. Por um lado, é uma ação de diálogo, como “escuta” e “aproximação”, para compreender e acompanhar, nesse esforço de acolhida e mútua “integração”. É a mediação eclesial necessária para criar uma relação mútua de pertencimento na Igreja. Por outro lado, também é uma ação “profética”, como proclamação e testemunho do Evangelho, e como instância crítica, para proporcionar o amadurecimento de uma relação autêntica, de respeito mútuo e real empoderamento, também no interior da Igreja. A verdadeira “integração” é também aquela que possibilita aos migrantes as condições para poder falar de igual para igual, também no âmbito da Igreja.

5 Comentários Finais

Ao final desse texto, podemos dizer que as questões da “acolhida” e da “integração” permanecem em aberto. Tal como na premonição de Sayad (1991) ao descrever o “paradoxo da rocha e da areia”, vivemos numa época de “dunas sociais” em permanente movimento. Se como agentes de pastoral somos chamados a criar laços de confiança junto aos migrantes, para acolhê-los e oferecer alguma estabilidade, “um lugar para descansar”, talvez possamos também almejar alguma forma de “integração”. Porém, é sempre necessário admitir as contingências que marcam a condição social vivida pelos migrantes. Eles se movem na invisibilidade, nos territórios segregados, às margens da sociedade nacional, mas também nas áreas subterrâneas dos fluxos da globalização. Portanto, é do pleno reconhecimento de sua “alteridade”, no acompanhamento das suas contingências de vida, da formação de sua subjetividade pessoal e coletiva, é que podemos vislumbrar a construção de novas formas de identidade, mesmo no interior de uma “comunidade de fé”. A Igreja em suas estruturas pastorais pode realmente ser um lugar de acolhida, um “santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar” (VATICANO, 2013 [EG § 28]), como deseja o Papa Francisco. Mas, depende muito do modo que entendemos como “acolhê-los”, e oferecer os meios para criarem as suas formas próprias de “integração”.

Notas

¹ Esse texto é um pouco longo para ser reproduzido no quadro desse artigo. Resumidamente, ele ilustra como a ação contínua do vento sobre a rocha faz com que pequenos grãos se desliguem e sejam levados aleatoriamente para formar dunas, as mais variadas em diferentes locais. Trata-se de uma imagem sobre como a ação contínua da migração sobre os povos tradicionais dos países do chamado Terceiro Mundo, em seu deslocamento para os países centrais do capitalismo, foi criando novas realidades sociais, mais voláteis, inconstantes, imprevisíveis. Realidades que interpelam a estabilidade imaginada pelo pensamento nacional.

² As reportagens a que nos referimos são: “Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile” de (SANTANA; PRADO, 2016); “New Migration: Haitians carve a dangerous 7,000-mile path to the U.S.” de (CHARLES, 2016); “A odisseia dos haitianos que deixam o Brasil em crise com destino aos EUA” (PÉREZ, 2016); “Migrantes haitianos y africanos conviven en condiciones infrahumanas” (SIEMPRE, 2016); La nueva oleada de migrantes africanos que cruzan por México (PROYECTO Enelcamino, 2016).

³ Sobre as rotas de africanos pelo deserto: Um sonho de migração encravado no Níger (GÄNSLER; RIFFEL, 2015); Viagem a partir de Agadez (HILLE; FLYNN, 2016); A las puertas del infierno (RODRÍGUEZ, 2017).

⁴ Para o caso dos “Rohingya”, cf. “Where are the Rohingya boat survivors now?” (VIT, 2016). Sobre a crise da migração no mundo hoje: “A Mass Migration Crisis, and It May Yet Get Worse” (NORDLAND, 2015).

⁵ “Redes”, “rotas”, “raízes”, “rumos”, são termos utilizados pelo Pe. Alfredo José Gonçalves, numa conhecida análise de conjuntura feita ao Conselho Permanente da CNBB em março de 2008, para sintetizar os vários aspectos da mobilidade dos migrantes, e que ainda hoje servem de guia para uma análise da conjuntura migratória.

⁶ A palavra “*bricolage*” foi cunhada por Claude Lévi-Strauss para designar as habilidades de improviso adquiridos pelos chamados povos naturais, a partir de suas tradições e aprendizagens comuns, para lidar com as situações novas com que se defrontam. Cf. LEVY-STRAUSS, 1990, p. 30-36; ORTIZ, 1980, p.81-83 O termo “*habitus*”, aqui empregado livremente, remete àquele concebido por Bourdieu, que corresponderia aos “sistemas de disposições duráveis e transportáveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu fim sem supor uma visão consciente de seus fins e o domínio expresso das operações necessárias para serem atingidas”, ou algo como a incorporação das “regras do jogo” (tradução livre do original em francês), cf. (BOURDIEU, 1980, p. 80).

⁷ Cf. *L'ordre de l'immigration entre l'ordre des nations* (SAYAD, 1991, p.291). Já na década de 1980, Sayad afirmava : « *La situation d'aujourd'hui, infiniment plus complexe, n'offre plus la simplicité de l'opposition binaire que postule le juridisme ; elle brouille totalement les frontières que séparent les groupes et, par là-même, les principes sur lesquels reposent ces séparations ainsi que les groupes qu'elles séparent* », p. 292. [“A situação de hoje, infinitamente mais complexa, não oferece mais a simplicidade de oposição binária que postula o juridicismo; ela mistura totalmente as fronteiras que separam os grupos e, por

isso mesmo, os princípios sobre os quais repousam essas separações, assim como os grupos que as separam”. Tradução livre]

⁸ Aqui falamos de “perspectiva de fé” no seu sentido mais geral, que não implica necessariamente uma atitude religiosa, mas é aquela que leva a ter uma atitude gratuita, de disponibilidade, apoiada na crença no valor incondicional da pessoa humana. Para uma abordagem dessa atitude de fé, como base antropológica da “fé religiosa” (SEGUNDO, 1985, p. 10-32).

⁹ Trata-se do documento *Responder a los refugiados y migrantes: veinte puntos de acción* (VATICANO, 2017). Esse texto foi fruto de uma consulta ampla junto às Conferências Episcopais e ONGs católicas, e publicado com a finalidade de dar uma contribuição ao processo multilateral de consultas e negociações de construção dos Pactos Mundiais (*Global Compacts*) para o fim de 2018. São vinte pontos que expõem o ensinamento da Igreja e que orientam as práticas das pastorais da mobilidade humana, na acolhida e integração de migrantes e refugiados.

¹⁰ Para uma visão sucinta da normatização da solicitude pastoral, cf. Dornelas (2008, p. 165-168).

¹¹ Numa Assembleia do Setor Mobilidade Humana da CNBB, realizada recentemente, em Belo Horizonte (16 a 18/08/2017), ficou muito claro nas partilhas a dificuldade de sensibilizar a Igreja Local, pelo fato de se moverem em âmbitos diferentes: a Igreja local que pensa e age tendo como referência as pastorais organizadas e estruturadas estavelmente, em termos de território, e as pastorais da mobilidade que trabalham justamente com aqueles que “passam”, “não se fixam”, estão “transitando” de maneira provisória. Como o Estado-Nação trata a esses como “estrangeiros” e “deslocados”, da mesma forma eles são também vistos pela Igreja Local.

¹² A essência estruturante da identidade da Igreja está muito bem expressa nos documentos do Vaticano II, e sintetizada magistralmente nos primeiros capítulos do decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja: “A Igreja, enviada por Deus a todas as gentes para ser «sacramento universal de salvação», por íntima exigência da própria catolicidade, obedecendo a um mandato do seu fundador, procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens. (...) A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, visto que tem a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na «missão» do Filho e do Espírito Santo” (VATICANO, 1965 [AG §§ 1; 2]).

¹³ Existe uma vasta literatura tratando da questão da “inculturação”, bem como inúmeras maneiras de defini-la. Trata-se na verdade de uma questão em aberto, com várias vertentes, que toca diversos temas delicados referentes à atividade da missão. No entanto, a melhor definição ainda parece ser a do Pe. Pedro Arrupe, que cunhou essa terminologia em 1977: “A inculturação é a encarnação da vida e da mensagem cristãs em uma área cultural concreta, de modo que não somente esta experiência se exprima com os elementos próprios da cultura em questão (o que ainda não seria senão uma adaptação), mas que esta mesma experiência se transforme em um princípio de inspiração, a um tempo norma e força de unificação, que transforma e recria esta cultura, encontrando-se assim na origem de uma nova criação” (Arrupe, 1977 apud AZEVEDO, 1986, p. 271).

¹⁴ Na *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco expôs os passos de uma “pastoral missionária” no contexto da sociedade atual. Ali, ele exprimiu muito bem a exigência do “acompanhamento”: “A Igreja deverá iniciar os seus membros – sacerdotes, religiosos e leigos – nesta «arte do acompanhamento», para que todos aprendam a descalçar sempre as sandálias diante da terra sagrada do outro. Devemos dar ao nosso caminhar o ritmo salutar da proximidade, com um olhar respeitoso e cheio de compaixão, mas que ao mesmo tempo cure, liberte e anime a amadurecer na vida cristã” (VATICANO, 2013 [EG § 169]).

¹⁵ Tomamos por referência a reflexão empreendida no texto “Desemaranhando uma realidade complexa. Seis elementos da missão” (BEVANS; SCHROEDER, 2016, pp. 105-116), que seriam: testemunho e proclamação; liturgia, oração e contemplação; justiça, paz e integridade da criação; diálogo inter-religioso e secular; inculturação; reconciliação.

Referências

- AGUSTIN, L.M. **Sex at the margins**: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry. London: Zed Books, 2007.
- AUDEBERT, C. **La Diaspora haïtienne**: Territoires migratoires et réseaux transnationaux., Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2012 .
- AZEVEDO, M. C. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**. São Paulo: Loyola, 1986.
- BÍBLIA. N. T. Hebreus. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Ivo Storniolo; Euclides M. Balancin. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1991. cap. 13, vers. 14.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Editions de Minuit, 1980 .
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. São Paulo: Zahar, 1999.
- BEVANS, S.B.; SCHROEDER, R.P. **Diálogo e profecia**: reflexões sobre a missão cristã hoje. São Paulo: Paulinas, 2016.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CHARLES, J. New migration: Haitians carve a dangerous 7,000-mile path to the U.S. **Miami Herald**, 24 set. 2016.
Disponível em: <http://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/americas/haiti/article103920086.html> Acesso em: 25 set. 2016
- CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A Pastoral das migrações**. São Paulo: Paulinas, 1983.
- DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez.2009.
- _____.; NASSER, A. C. A. **Pastoral do Migrante**: relações e mediações. São Paulo: CEM/ Loyola, 2008

- GÄNSLER, K.; RIFFEL, B. Sobre as rotas de africanos pelo deserto: “Um sonho de migração encravado no Níger”. **Deucht Weller**, Alemanha, 03 set. 2015. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/um-sonho-de-migra%C3%A7%C3%A3o-encravado-no-n%C3%ADger/a-18691272> Acesso em 04 set. 2015
- HILLE, P.; FLYNN, D. Viagem a partir de Agadez. **Deucht Weller**, Alemanha, 04 jan. 2016. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/viagem-a-partir-de-agadez/g-18862783> Acesso em: 05 jan. 2016
- LEVY-STRAUSS, C. **La Pensée Sauvage**. Paris: Presses Pocket, 1990
- MARTIN, S.; WEERASINGHE, S. TAYLOR, A.; **Humanitarian crises and migration: Causes, consequences and responses**.. London/New York: Routledge, 2014.
- SIEMPRE. Migrantes haitianos y africanos conviven en condiciones infra-humanas. **Siempre** – presencia de Mexico. Disponível em: <http://www.siempre.mx/2016/10/migrantes-haitianos-y-africanos-conviven-en-condiciones-infrahumanas/> Acesso em 11 out. 2016
- NORDLAND, R. A Mass Migration Crisis, and It May Yet Get Worse. **New York Times**, New York, 31 out. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/11/01/world/europe/a-mass-migration-crisis-and-it-may-yet-get-worse.html> Acesso em: 01 nov. 2015.
- ORTIZ, R. **A consciência fragmentada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- PEELMAN, A. **Les nouveaux défis de l’inculturation**. Ottawa: Novalis/Université San Paul, 2017.
- PÉREZ, D. M. A odisséia dos haitianos que deixam o Brasil em crise com destino aos EUA. **El País**. Brasil, 27 out.2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/26/internacional/1477437223_933130.html Acesso em 27 out. 2016
- PROYECTO Enelcamino. La nueva oleada de migrantes africanos que cruzan por México. **Proyecto Enelcamino**. México, 15 mar. 2016. Disponível em: <https://enelcamino.piedepagina.mx/ruta/la-nueva-oleada-de-migrantes-africanos-que-cruzan-por-mexico/> Acesso em 16 mar. 2016.
- RASCHIETTI, E. **Ad Gentes: texto e comentários**.. São Paulo: Paulinas, 2011.
- RODRÍGUEZ, A. A las puertas del infierno. **El País**. Espanha, 28 jun. 2017. Disponível em: http://elpais.com/elpais/2017/06/28/album/1498679253_303302.html#1498679253_303302_1498679694 Acesso em: 28 jun. 2017
- SANTANA, E.; PRADO, A. Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 maio 2016. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocam-o-brasil-pelo-chile.shtml?cmpid=newsfolha>. Acesso em: 08 maio 2016.
- SAYAD, A. **L’immigration ou les paradoxes de l’altérité**. Bruxelles, De Boeck Université, 1991.

_____. **La double absence**: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Paris: Seuil, 1999.

_____. O retorno, elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia** – revista do migrante, São Paulo, ano XIII, número especial, pp. 7-32, jan/2000.

SEGUNDO, J. L. O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré. In: _____. **Fé e Ideologia** – as dimensões do homem. vol. 1 São Paulo: Paulinas, 1985.

VATICANO. **Decreto Ad Gentes de 7 de dezembro de 1965**. Cidade do Vaticano, 1965.
Disponível em:

http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html Acesso em 18 jun. 2017

_____. **Código de Direito Canônico**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983.
Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0Bxu0vxnfm6FMQJWW51QUZuUIU/view> Acesso em 15 mar 2017.

_____. **Exortação apostólica Evangelii Gaudium**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013.
Disponível em: https://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium_po.pdf
Acesso em: 21 maio 2017

_____. **Responder a los refugiados y migrantes**: veinte puntos de acción. Ciudad del Vaticano: Sección Migrantes & Refugiados/Desarrollo Humano Integral, 2017.

VIT, J. Where are the Rohingya boat survivors now? Irinnews - **The inside story on emergencies**, S/L, 15 abril 2016.

Disponível em: <http://www.irinnews.org/news/2016/04/15/where-are-rohingya-boat-survivors-now> Acesso em 16 abril 2016.

RESUMO

O texto se propõe a refletir sobre os desafios da acolhida e da integração social a partir da ótica da Pastoral do Migrante, no contexto atual das migrações internacionais. Para tanto, em sua primeira parte levanta algumas observações sobre a realidade atual das migrações, destacando três características: diáspora, precariedade e migrações mistas. A partir desse quadro, em sua segunda parte, faz alguns questionamentos sobre a concepção de acolhida e integração social, e sua aplicação em relação aos migrantes atualmente. Por fim, na terceira parte, examina os desafios que a acolhida e a integração social colocam para a Pastoral do Migrante da Igreja Católica, sob duas vertentes: *ad extra*, como serviço à sociedade e aos migrantes; e *ad intra*, como constituição de comunidade de fé dos e com os migrantes no interior da Igreja.

Palavras-chave: Integração social. Acolhida. Pastoral do Migrante. Redes. Migrações mistas.

ABSTRACT

The text proposes to reflect on the challenges of the reception and the social integration from the perspective of the Pastoral of the Migrant, in the current context of the international migrations. To do so, in its first part it raises some observations on the current reality of the migrations, highlighting three characteristics: diaspora, precariousness and mixed migrations. From this framework, in its second part, it makes some questions about the conception of reception and social integration, and its application in relation to the migrants today. Finally, in the third part, it examines the challenges that the reception and social integration pose for the Pastoral Care of Migrants of the Catholic Church, in two aspects: *ad extra*, as a service to society and to migrants; and *ad intra*, as constitution of community of faith of and with the migrants inside the Church.

Keywords: Social integration. Welcome. Pastoral of the Migrant. Migrant's network. Mixed migrations.